

SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais



MOBILIZAÇÃO TOTAL NO ESTADO PARA GARANTIR O SANEAMENTO COMO RESPONSABILIDADE PÚBLICA

População de Minas luta contra a privatização de serviços essenciais com água de qualidade e esgoto tratado



Os trabalhadores e a população de Montes Claros participaram de uma grande passeata, dia 8 de agosto, em defesa da manutenção dos serviços de saneamento do município, ameaçados pela tentativa do Executivo Municipal de entregá-lo à privatização.

Vestindo camisetas com a inscrição “Somos + Copasa”, todos manifestavam seu descontentamento com a proposta do prefeito, exigindo que fosse garantida a responsabilidade social do Estado e que o saneamento continue a ser tratado como serviço essencial à saúde do povo, não permitindo que a prioridade pelo lucro torne o tratamento desigual para qualquer cidadão de camadas sociais mais humildes.

Os trabalhadores e a sociedade montesclarenses exigiram nas ruas as medidas necessárias para garantir este direito público ao saneamento com qualidade.

O mesmo processo aberto pela prefeitura de Santa Luzia para interceptar os serviços de saneamento das mãos da Copasa teve seu edital de abertura de licitação cassado por liminar, alegando que aquela cidade faz parte de um conglomerado de municípios de região metropolitana, não podendo a matéria ser tratada de forma local, mas como de interesse regional.

Também em Ubá sofremos ameaça de entreguismo dos serviços essenciais nas mãos privadas, tirando de uma empresa estatal que preserve sua responsabilidade prescrita nas constituições Federal e de Minas. Apesar de a Copasa ter encaminhado à Câmara Municipal uma proposta consistente para manter a prestação sob sua responsabilidade e recebido aprovação dos vereadores, acontece um posicionamento contrário do prefeito de Ubá, Vadinho Baião (PT), mesmo tendo no Governo de Minas Fernando Pimentel, com plena condição de atender as exigências do município, através de uma reversão de prioridades na gestão pública, superando os graves problemas ocasionados pelas gestões tucanas que vinham sucateando o Estado. Só podemos esperar que o governador faça uma gestão junto ao prefeito de Ubá, de forma a permitir que o compromisso de universalizar o saneamento em toda Minas não sofra a concorrência de prestadores de serviços que venham apenas na busca de lucro, a despeito dos interesses sociais.

À Copasa e ao governo esperamos os investimentos necessários e diferenciados, para não darem margem às queixas da população por eventual precariedade de serviços prestados. Tais compromissos feitos ao prefeito de Ubá reforçam os seguintes pontos: garantir 100% de água tratada à população e 95% de coleta de esgotos, além de investimentos que suportem o crescimento vegetativo, instalação de unidades de esgoto, repasse de 2% da receita mensal ao município, indenizar o município em até R\$ 10 milhões pelo sistema sanitário incorporados pela Copasa, assumir o sistema de esgotos em até 90 dias e assegurar tarifa social com descontos à população carente, descontos de até 50% para entidades filantrópicas, assumir o ônus por desapropriações na implantação de avenidas sanitárias.

A população deve reconhecer o caráter de responsabilidade pública pelos serviços de saneamento, podendo cobrar do governo do Estado os investimentos necessários, de forma a enfrentar todas as adversidades como a atual crise hídrica, garantindo o abastecimento com uma visão e procedimentos rigorosamente sociais.





Ansiamos pela reversão da tragédia tucana

José Maria dos Santos - Presidente do SINDÁGUA

Sabemos todos que, nós trabalhadores e todo o Estado, de forma estruturalmente, pagamos um alto preço social durante o longo tempo de vôo tucano no Governo de Minas. A palavra de ordem dos bicudos era a política do

“estado mínimo” e, para isto, sucateou as empresas estatais, como Copasa e Cemig, cortou investimentos em estradas e em serviços públicos e preparou o terreno para os contratos de Parceria Público Privada (PPP), para engordar lucros de empreiteiras.

SANEAMENTO COMPROMETIDO

Na Copasa, um arremedo de Plano de Cargos e Salários foi jogado no lixo e ampliadas as contratações de assessorias com salários de dar inveja a qualquer marajá, que deixa o paletó na cadeira enquanto espera o contracheque. A área operacional sofreu com a queda de trabalhadores da Copasa, o aumento de terceirizações, o retrabalho, a perda de qualidade nos serviços e uma imagem da empresa progressivamente deteriorada.

Vencidos os tucanos pelos mineiros, em votação em primeiro turno tal o descontentamento, todos aguardamos a desconstrução deste caos. O governador não se cansa de falar do caos deixado nas finanças do Estado, um buraco extraordinário que alojava os

graves prejuízos da má gestão. Não podemos entender carros parados por falta de combustível e os serviços esperando para serem executados. Definitivamente não se justifica uma política destas de dificultar a eficiência no trabalho, quando a empresa é atacada em suas concessões.

Apesar de cientes da herança trágica, ansiamos que as mudanças surjam para o bem dos mineiros e dos trabalhadores. Já conseguimos acabar com a terrível política da remuneração variável, através da GDI, símbolo acabado dos tucanos em sua falácia de “choque de gestão”, melhor compreendido nas condições sociais eletrocutadas pela falta de investimentos.

Na Copasa aguardamos com grande apreensão medidas prometidas para recompor a empresa, planos de desligamentos, PDVs, PDI e tantos outros “pedês” não podem visar a redução de custo com a retirada da condição de trabalho. É fundamental que tenhamos a reposição de vagas, que tenhamos uma resposta salarial para trabalhadores que assumiram postos de aposentados. A categoria aguarda com grande interesse o pagamento de avaliações, crescimento e merecimento prometidos para julho, sendo que a nova diretoria da Copasa ainda não se manifestou.

Esperamos que a direção da Copasa sinalize logo esta efetiva mudança para o crescimento da empresa e as medidas administrativas e operacionais garantidoras do respeito público pela qualidade dos seus serviços.

O País à mercê do golpe político pelo poder

A decisão da maioria em qualquer assembleia deve ser respeitada por todos. Esta é a regra primordial de um regime democrático, onde a livre participação de todos nos processos de decisão podem debater várias alternativas, com o compromisso de todos seguirem aquela determinação que a maioria entendeu como a melhor delas para atender e compatibilizar o interesse coletivo. Desta forma, não é lícito à minoria vencida na votação sabotar a decisão da maioria, mas se unir para que o projeto escolhido tenha o sucesso em proveito de todos.

Vivemos no Brasil uma das mais graves crises de nossa história, originada em crimes que estão sendo investigados pela Polícia Federal e apurados pela Justiça, resultado do regime democrático que vivemos, bem diferente e uma época bem recente, onde a sujeira era jogada para debaixo do tapete ou engavetada em gabinetes intransponíveis.

Esta crise, insuflada concretamente por graves problemas na economia, mas também pela política do “quanto pior melhor”, coloca em risco os extraordinários avanços sociais alcançados pelos brasileiros na Constituição de 1988 e as conquistas históricas dos trabalhadores em décadas de lutas sindicais.

O movimento sindical condena medidas

travestidas de “ajustes fiscais” que prejudicam direitos arduamente conquistados, justamente num momento em que a inflação volta faminta sobre a renda dos trabalhadores, agravada por ondas de demissões em vários setores econômicos. Pior ainda, o patronato enxerga neste trágico momento a oportunidade de garantir seus lucros exorbitantes e pressionam por medidas que flexibilizam as leis do trabalho, a título de “desoneração das folhas de salários”. Se aproveitam ao máximo de expedientes como lay off (suspensão temporária de contratos de trabalho), usando verba dos próprios trabalhadores arrancada do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para sustentar seus negócios e seus lucros. O argumento de que este expediente seria para garantir emprego transforma-se numa grande piada, diante do desemprego em massa em que vem se transformando o País.

A sociedade, que assiste atônita cada manchete escandalosa nos jornalões e nas expressões de condenação dos apresentadores de telejornais, se preocupa mais ainda com as ameaças de uma bancarrota completa das atividades produtivas, de



prejuízos às atividades essenciais para a sociedade, índices virulentos de violência urbana e uma campanha agressiva para destituir o governo que saiu democraticamente das urnas em 2014.

Intenções sem lastro de provas cabais de responsabilidade para tentar cassar a legitimidade do governo eleito pelos brasileiros vão se esvaziando pouco a pouco, inclusive dentro do Congresso Nacional, transformado em quartel general para contrariar quaisquer medidas governamentais e imputar todas as tragédias já identificadas ou ainda em construção a quem representa o desejo da maioria explicito democraticamente nas urnas. O País ansia pelo fim da crise, para que respeitem a democracia e que progrida o projeto para o avanço social e de paz em nosso País.

Sindicato indica representantes na Comissão de Plano de Cargos e Salários

O SINDÁGUA oficializou à Copasa os dois membros que representarão as propostas dos trabalhadores na Comissão de Estudos do PCCS, que deve começar em breve os trabalhos para elaboração do novo documento. Foram indicados os diretores José Barbosa de Souza e Wanderci dos Reis Gomes, e teremos também a participação de representante do Senge e Saemg, para garantirmos uma visão completa e integrada da estrutura de administração do PCCS na empresa

Começamos nossa grande luta pela recuperação de uma gestão de pessoal mais transparente, que acabe com políticas nocivas como as diferenças escandalosas de salários conforme o porte de cidades. Toda a categoria será mobilizada, desde a coleta de informações para descrição de função de todos os companheiros, acabando



com desvios de função, negociação de percentual de impacto na folha de pagamento para um reajuste necessário tabela salarial, instituir regulamento para progressão vertical, horizontal e por antiguidade e definição de regras para promoção na carreira, que permita o estímulo e a profissionalização dos trabalhadores

Além dos membros na Comissão, o Sindicato terá também o acompanhamento de um técnico indicado pelo Dieese, que dará suporte na discussão e apresentação de propostas.

Será de fundamental importância a participação e crítica de todos os companheiros, para alcançarmos um plano de cargos e salários que atenda a aspiração dos trabalhadores por uma administração de pessoal transparente e justa para o crescimento profissional.

Começa a ser discutida regulamentação da periculosidade para motociclistas

A representação designada pelo Sindicato na comissão que discute o pagamento de periculosidade aos motociclistas já começa a definir os critérios para identificar os trabalhadores com direito ao adicional de 30% sobre o salário base.

Estão sendo levantadas as funções operacionais que demandam o uso das motocicletas e as regras para credenciamento e credenciamento.

O representante dos trabalhadores na comissão, Antônio Carlos Vieira fez

vários questionamentos sobre a aplicação da lei e sobre os direitos dos trabalhadores. Uma das questões é não permitir o corte da "Gratificação para Dirigir Veículos" (GDV) para os companheiros contemplados pelo adicional de periculosidade. Pleiteamos também que continue a utilização de motos nas várias atividades que exigem agilidade na resolução dos problemas, não descredenciando nenhum companheiro. Não podemos admitir medidas intencionadas pela Copasa de

retirar o direito de trabalhadores que estão credenciados até mais de 10 anos e exigimos que o pagamento do direito ao adicional de periculosidade seja feito de forma retroativo

Um levantamento sobre os impactos do direito demonstra que em 2014 foram constatados 850 motocicletas, para um total de 3.558 trabalhadores credenciados, sendo 1.614 trabalhadores usuários. Neste mesmo ano tivemos 37 acidentes com motos, que representam 12,5% do total registrado.

Encontros regionais discutem "águas de Minas"



Comunidade participa dos debates

A direção do Sindicato participou dos nove encontros regionais "Águas de Minas III", promovidos pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais para discutir os "desafios da crise hídrica e a construção da sustentabilidade". Foram realizados nas cidades de Montes Claros, Divinópolis, Governador Valadares, Ubá, Poços de Caldas, Belo Horizonte, Araçuaí, Paracatu e Uberlândia.

Estes debates têm sido de grande importância pela participação da sociedade civil nos debates públicos, podendo cobrar do poder estadual e municipal medidas para a melhor gestão e preservação dos recursos hídricos. São apontadas os grandes prejuízos sobre o meio ambiente atividades como a mineração, instalação de minerodutos, poluição dos rios, rebaixamento de lençóis freáticos e outros.

Defendemos o saneamento como responsabilidade pública!

AVANÇA A DISCUSSÃO DO NOVO INDICADOR DE DESEMPENHO QUE SUBSTITUI A GDI

Com o fim da GDI no último acordo coletivo e a incorporação de 12,02% nos salários, foi instituída comissão de estudo para apresentar um novo indicador financeiro para aferir resultados da empresa e remunerar os trabalhadores. Este novo indicador terá, a partir de outubro, o valor de 4% a ser aferido pelos resultados de desempenho e pagar aos trabalhadores de forma linear, ou seja, o mesmo valor para todos os trabalhadores, eliminando as diferenças que eram estabelecidas pela falecida GDI em 60 localidades.

Um dos indicadores sugeridos é o EBTIDA, que significa em inglês "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization" é o "Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização", (LAJIDA). É um indicador financeiro que representa quanto uma empresa gera de recursos através de suas atividades operacionais, sem contar



impostos e outros efeitos financeiros. Muito usado por analistas financeiros sobre os balanços de organizações de capital aberto, o EBITDA (ou LAJIDA) mede o desempenho, produtividade e eficiência da empresa, servindo como um indicador para investidores. Deixamos claro, no entanto, que nenhum indicador será aceito sem a concordância dos trabalhadores e buscaremos aquele que melhor represente nossos interesses coletivos.

Os trabalhadores da comissão, com nossos representantes do Sindicato José

Geraldo Nascimento e Felix Vinícius F. Medeiros, são acompanhados ainda por técnico do Dieese em reuniões internas do Sindicato.

Exigimos que o novo indicador garanta também percentual mínimo, como tínhamos com os 70% de IDI durante a GDI, permitindo margem para que o percentual cresça na superação de metas, até um percentual de 20% acima. Queremos indicador que estimule o trabalhador, o que refletirá na produtividade.

Nossa maior preocupação com o novo indicador é impedir que ressuscite um instrumento punitivo como a GDI, que servia como chicote sobre os trabalhadores na aferição de resultados, quando tínhamos total falta de condições de trabalho. Queremos que o novo seja um indicador de motivação aos trabalhadores, um «plus» na renda dos trabalhadores, que se sintam prestigiados e recompensados pelo seu esforço e produtividade no trabalho.

SINDÁGUA nas direções da Confederação e Federação Nacional de Urbanitários

Trabalhadores em serviços urbanos de todo o País elegeram a nova direção da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e a primeira diretoria da Confederação Nacional dos Urbanitários (CNU). José Maria dos Santos, presidente do SINDÁGUA, foi eleito vice-presidente da CNU e os diretores Jeane Kátia Silva Ferreira e Tarcísio Oliveira Braz, são os novos dirigentes da FNU, respectivamente nas secretarias de "Formação" e de "Combate ao Racismo". Ressaltamos a importância da participação de representantes do SINDÁGUA para fortalecer o setor contra as ameaças ao saneamento público.

DEBATE SOBRE O MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

A CNU será presidida por Paulo de Tarso Guedes (Sinergia-BA) e a FNU por Pedro Tabajara Blois Rosário (STIUPA). As Parcerias Público Privadas (PPPs) foram um dos principais assuntos debatidos nos



congressos da FNU/CNU, sendo declarado pelo palestrante Luiz Roberto Santos Moraes, professor em saneamento na Universidade Federal da Bahia, como um "conflito de interesses entre o público e o privado, não podem caminhar juntos". Segundo ainda Luiz Roberto, o interesse pela produção em massa e o lucro deixa claro posicionamento empresarial quando se trata de questão como a dos resíduos sólidos, teimando em desrespeitar a lei que regulamenta o setor. Para o professor, somente o envolvimento da sociedade e dos movimentos sociais podem impedir as iniciativas privatistas,

entendendo que "o sindicato sozinho não conseguirá essa conquista".

Os palestrantes destacaram a importância de ações integradas nos vários estados em defesa do meio ambiente, sob o risco de esgotarem os recursos nacionais e ameçarem o futuro do planeta. Foi destacada a luta contra a privatização em países como a Argentina, Uruguai, Paris, Bolívia, buscando-se o fortalecimento e melhor gestão das empresas através de uma maior participação sociais e mecanismos que garantam o atingimento da universalização do saneamento.

Entre as deliberações do Congresso, um dos pontos mais importantes é a criação do "Observatório do Saneamento", uma instância importante para acumular conhecimento e estudos específicos, com o objetivo de fortalecer a luta em defesa do saneamento público.